

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
RESENDE, REALIZADA NO DIA 23 DE  
FEVEREIRO DO ANO DE 2007:-----**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Jorge Cardoso Machado.-----

**HORA DE ABERTURA:-** Eram quinze horas e trinta minutos quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ao Plenário que foram convocados para participar na Sessão os membros Senhor Professor Manuel Júlio Nunes da Costa e o Senhor Professor Sérgio Miguel Cardoso de Almeida e Sousa, eleitos pela lista do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para substituição, respectivamente, dos Membros Doutora Maria Olga Rodrigues Malheiro e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso, ausentes por período inferior a trinta dias, conforme comunicações apresentadas.----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser feitos dois pedidos por escrito ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de que se fosse possível ser criado no site da Câmara, um acesso via internet com password, para que todos os membros da Assembleia pudessem terem acesso a toda a documentação de cada sessão, falou ainda da possibilidade de serem tomadas providências no sentido de ser adquirido o equipamento necessário a fim de se proceder à gravação audio da Assembleia Municipal. Relativamente à ida à Assembleia da República comunicou que o debate mensal passou a ser realizado na última quarta-feira de cada mês. Propôs então que a visita à Assembleia da República fosse realizada no dia 28 de Março. Por último comunicou que no dia vinte de Abril iriam ser convocados para uma sessão conjunta dos membros dos órgãos autárquicos do Executivo e da Assembleia Municipal, para a apresentação da proposta final da revisão do Plano Director Municipal.-----

**PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----**

**HORA DO PÚBLICO:-----**

Não se registaram quaisquer intervenções.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**APROVAÇÃO DAS ACTAS:-----**

Seguidamente, foi colocada à discussão a acta da sessão ordinária, do dia catorze do mês de Dezembro, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocado a mesma a votação, sendo aprovada a acta, por maioria com quatro votos de abstenção, dos membros Doutora Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira, Senhores Luís Manuel Almeida Pinto, Carlos Alberto Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Miomães, por não terem estados presentes na referida sessão.-----

**LEITURA DE EXPEDIENTE:-----**

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

**-Circular n.º 23/2007, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ,  
respeitante ao quadro de referência estratégico Nacional.-----**

Tomado conhecimento.-----

**- Circular n.º 16/2007, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a  
dar conhecimento do site onde se encontram as remunerações, Despesas de  
representação, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para  
2007.-----**

Tomado conhecimento.-----

- **Circular n.º 9/2007 enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante à transferência de Competências. Metodologia a adaptar. Calendarização.**  
Tomado conhecimento.-----

- **Circular n.º 01/2007, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante à Publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local. Alteração ao Estatuto dos Eleitos Locais. Incompatibilidades.**  
Tomado conhecimento.-----

#### **VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----**

**Neste ponto da sessão foram registadas as seguintes intervenções:-----**

O Grupo da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata, apresentou a seguinte proposta que se transcreve: “ Considerando, Que as actas devem ser um documento que relate, com a maior exactidão possível, os factos ocorridos nas reuniões da Assembleia Municipal (AM) para o presente e para memória futura; Que seja um instrumento de trabalho, que facilite a tarefa dos funcionários, que têm a função de as elaborar; Que evite qualquer tipo de equívocos que possam surgir, relativamente ao conteúdo das mesmas. Propõe-se que as Reuniões desta Assembleia Municipal possam ser gravadas em registo áudio. O Grupo da Assembleia Municipal do PSD, (Dr. Jaime Bernardino Alves)”-----

**Doutor Jaime Alves:** “ Muito boas tardes a todos! A proposta vai de encontro aos elementos aqui apresentados. É humanamente impossível, sem o registo áudio espelhar tudo o que aqui é dito.”-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras:** “O facto de serem gravadas as sessões não quer dizer que seja gravado tudo. Sugiro que quem quisesse que a sua intervenção ficasse em acta avisasse para se começar a gravar ou então que a traga escrita.”-----

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** “Então quando tivermos cá o gravador, e quem quiser que a sua intervenção fique registada em acta, que avise para se gravar. Nos termos do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que passo a ler, depreende-se desta lei que somente o que se achar necessário fique registado em acta, quem quiser que fique tudo então recorre à gravação ou trouxerem a sua intervenção por escrito.”-----

**Senhor Joaquim Correia:** “O instrumento que vai ser utilizado servirá somente, para auxiliar quem está a secretariar a reunião. Uma vez que não podemos preparar todas as intervenções que temos, porque algumas delas são espontâneas.”-----

**Doutora Teresa Pais:** “Seria sempre bom trazeremos as intervenções mais importantes por escrito e lê-las.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, pelo que foi aprovada **por maioria** com trinta e quatro votos a favor e duas abstenções dos senhores Doutor Sílvio António Barreto de Almeida e do senhor Carlos Alberto Pinto.-----

#### **ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:-----**

Não se registaram quaisquer intervenções.-----

#### **ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:-----**

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Enfermeira Elsa Rodrigues:** “ Senhor Presidente da Câmara Municipal, Restantes elementos da Mesa, Caros Membros da Assembleia Municipal, Público presente, Muito boa tarde. Nos últimos dias deparamo-nos com a conclusão do estudo executado pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências. O Senhor Ministro toma esta decisão, com o total apoio do Presidente da Câmara de Resende, sem antes fazer as reformas que se impõem. Estamos a começar a casa pelo telhado, sem iniciar a reforma dos cuidados de saúde primários, fundamental para aproximar os cidadãos aos cuidados de saúde, diminuindo as

assimetrias existentes. Sem garantir condições rápidas e eficazes de transporte. O INEM nem sequer está a par dos últimos desenvolvimentos. O Jornal de Noticias de ontem escreveu: “fonte do INEM admitiu ao JN não estar o Instituto, sequer, a par dos últimos andamentos de todo o processo no MS. Tão-pouco quis adiantar os planos futuros da emergência médica, remetendo a questão para o Senhor Ministro Correia de Campos.” Podemos concluir que o facto do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) cobrir todo o país não garante a qualidade no atendimento. Temos ainda uma rede de transportes em Portugal pouco adequada às necessidades dos utentes. Seria fundamental uma reestruturação que implicasse profissionalização dos bombeiros e a implementação da desfibrilação automática. Ontem pudemos ouvir o Sr. Presidente da Câmara, no Porto Canal, a defender esta reforma sem restrições e afirmava como justificação condições técnicas dos serviços de urgências básicas, como por exemplo a existência de um desfibrilador. A este respeito, gostava de dizer ao Senhor Presidente que não adianta ter um desfibrilador em Lamego, Cinfães ou Amarante se um ritmo desfibrilável tem de ser imediatamente revertido. Esta decisão, tomada apenas numa conclusão técnica sem ouvir o Bastonário da Ordem dos Médicos e dos Enfermeiros, os Autarcas, a Associação Nacional de Municípios, Associações Sindicais e Associações de Utentes ou Doentes, como tinha sido previsto na proposta da Rede de Serviços de Urgências, publicado em Setembro de dois mil e seis, está afastada da realidade. Tendo em conta esta “parceria” entre o Senhor Ministro da Saúde com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Resende, gostaríamos de saber se o SAP de Resende vai Fechar. Se encerrar, o Senhor Presidente da Câmara garante o seu funcionamento como já afirmou nesta Assembleia Municipal? Qual será o Serviço de urgência básica a que os resendenses terão de recorrer? Lamego, Cinfães ou Amarante?.”-----

**Doutor Jaime Alves:** “O Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de dizer que não é o senhor Ministro da Saúde. Felizmente que não o é, o que temos já é suficiente mau! No entanto, não posso deixar de fazer algumas considerações ao que acabou de dizer, para lhe avivar a memória. Não tente desculpar-se, dizendo que não é Ministro da Saúde... Gostava de lhe recordar uma entrevista que deu em Junho do ano passado, ao Jornal do Douro. Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara, Eng. António Borges: “Nunca Falo Antes do tempo”. Relativamente ao nosso Centro de Saúde afirmou: “Centro de Saúde: devo confessar que não estou muito inquieto com estas questões! Se a Câmara tiver que intervir, em determinado momento, para garantir o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) às populações, assim o faremos”. Pois bem, quer-me parecer que o Senhor Eng. António Borges falhou completamente na sua estratégia, visto que os nossos recursos são muito escassos! A área da saúde é da responsabilidade do Governo Central! Passo a explicar: Primeiro, diz que nunca fala antes do tempo, porém, ao exemplo do seu colega de Cinfães, deveria ter ficado calado, em vez de fazer as afirmações que fez. Resende tem os mesmos problemas estruturais que tem Cinfães, contudo, os nossos vizinhos terão uma Urgência Básica e nós estamos em risco de perder o Serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde. Segundo, diz que não está muito preocupado com estas questões, mas devia estar! Recordo que outro colega seu socialista, Presidente da Câmara Municipal de Valença, tem estado ao lado de quem o elegeu, tendo-se demitido de todos os cargos que tinha no partido socialista. Também seria bom que aqui pudéssemos ouvir o partido socialista resendense... O Senhor Albano, Presidente da Concelhia, está aqui presente, gostávamos de ouvir o que defendem, se é que defendem alguma coisa! Existe outro assunto que gostava de aqui trazer, para pedir explicações. Tenho comigo um despacho, assinado pelo Senhor Presidente António Borges, com o intuito de encerrar o Balneário, ou seja, as Termas de Aregos. Cito o despacho: “determino a cessação da utilização do edifício que vem sendo usado como balneário” (...) “fixo o prazo de 30 dias para a cessação da referida utilização.”. A este respeito, peço-lhe, respostas muito claras... Apesar de estarmos a falar de trabalho sazonal, o que é que vai acontecer às pessoas que trabalham nas termas de Aregos? O que é que vai acontecer ao comércio de Aregos, sem as

Termas a funcionarem durante a época balnear? Existem ou não, outras instituições públicas no concelho sem licença de funcionamento da Câmara Municipal? Muito obrigado”.”-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras:** “ Senhor Presidente, senhores deputados queria começar por dizer que a minha intervenção só é feita hoje por não ter estado presente em reuniões anteriores por motivos de saúde, no entanto acompanhei os trabalhos desta assembleia através da leitura das actas, tendo assim ficado a entender a posição da senhora deputada Enfermeira Elsa que acusa o senhor Presidente da Câmara de nada ter feito para impedir a desqualificação da urgência do Hospital de Lamego. A pergunta que eu lhe coloco é se entende que a urgência actualmente existente tem qualidade, se ter médicos a ganhar setenta e cinco euros hora para estarem na piscina e aparecerem na urgência quando lhes dá na real gana é defender serviços com qualidade. A posição da senhora é aquilo que classifico de andar em círculos ou seja manter tudo como está. Por conseguinte a urgência de Lamego não é classificada em minha opinião, mas pelo contrário ela é melhorada. Todos sabemos que os recursos do SNS são finitos, sabemos que cerca de vinte e cinco por cento dos gastos de saúde são desperdício, daí que devemos usar bem os recursos disponíveis, devemos gastar bem, sob pena de estarmos a liquidar o Serviço Nacional de Saúde, que é coisa que ninguém quer fazer. Fico sem saber qual é a sua posição em relação às urgências e apetece-me perguntar-lhe qual apareceu primeiro se foi o ovo ou a galinha? Sabe senhora Enfermeira, é fácil tentar manipular as pessoas agitando fantasmas e aproveitando alguma falta de conhecimento. Quem se interessa por estas questões de saúde, sabe que se não forem tomadas medidas urgentes, para além da qualidade, estamos a passar uma certidão de óbito ao Serviço Nacional de Saúde. Queria dizer-lhe que um SAP é diferente duma unidade básica de urgência, pois esta tem como deve saber um mínimo de dois Médicos e dois Enfermeiros, tem que ter RX permanente e análises clínicas, a chamada química seca. Sabe que a média de atendimentos do nosso SAP entre as vinte e duas e as oito horas é de mais ou menos dois utentes por noite? Quanto à questão do desfibrilhador como coloca a questão, seguindo esse raciocínio, qualquer dia cada Português teria de andar com um no bolso. Senhora Deputada, este Ministro sabe o que quer e sabe o que deve ser feito. Se é verdade que vão encerrar algumas urgências, também é verdade que irão abrir outras. Sabe senhora deputada, numa situação de verdadeira urgência quero eu e quer a maioria das pessoas é seremos bem atendidas, queremos todos qualidade nos serviços. Mas quanto a mim tudo isto não passa de ruído e tal como aconteceu com as maternidades depressa entraremos na normalidade. A senhora Enfermeira sabe que a maternidade de Lamego só era utilizada pelas Resendenses de menores recursos, pois quem tinha algum poder económico já recorria a Viseu. Depois deste alarido todo os partos são feitos em Vila Real, com muito melhores condições. O Hospital de Lamego assim já pode dar mais consultas de Obstetrícia e não me consta que alguém hoje reclame e não reconheça que se mudou para melhor.”-----

**Doutora Teresa Pais:** “Relativamente a este tema, não pretendo alongar-me muito, pois já o mesmo foi debatido nesta assembleia por diversas vezes e depois da intervenção do meu colega de bancada Álvaro Matos, enfermeiro de profissão, todas as dúvidas ficaram do meu ponto de vista esclarecidas. No entanto, e sem esquecer que a única relação que tenho com o Serviço Nacional de Saúde é a de utente, queria só frisar duas ou três ideias; em primeiro lugar temos a obrigação de conseguir perceber o factor estruturante deste problema e conseguir enquadrá-lo no plano nacional, em segundo lugar não devemos esquecer o binómio qualidade dos serviços prestados e racionalização dos seus custos, dentro do espírito determinado pelo PRACE, em terceiro lugar, queremos essencialmente enfatizar a confiança que depositamos no Senhor Presidente da Câmara para que junto do Governo lute pelos interesses de todos os Resendenses, pois já nos deu diversas provas que o seu desígnio principal é garantir a qualidade de vida das nossas populações. Temos a certeza que encontrará, com o nosso apoio, a melhor solução para os eventuais problemas que nos surgirão neste e noutros âmbitos.”-----

**Senhor Joaquim Correia:** “Vou falar como simples utilizador. Em relação à urgência se durante uma noite não houver nenhum doente é óptimo. Quanto às pessoas de não estarem presentes nas unidades, é da ética de cada um, mas aí é o sistema fiscalizador que não funciona. Relativamente às unidades descentralizadoras, teoricamente concordo com o Enfermeiro Álvaro, no entanto deveria haver um meio de assistência local e meios de transportes básicos e eficazes e com profissionalismo.”-----

**Senhor Presidente da Junta de Felgueiras:** “Refiro que não é uma questão de falta de assiduidade, mas que os médicos se encontram de chamada nada tem a ver com o absentismo da classe médica, mas sim quando se encontram de chamada.”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** “A Senhora deputada foi minha telespectadora, fiquei desapontado com a sua intervenção, foi fraquinha, fraquinha, fraquinha admito que seja boa profissional mas como política é muito fraquinha. Não podemos manipular as coisas. O serviços de apoio permanente é uma coisa e o serviço de urgência em Resende nunca houve. Está em reestruturação todo o processo. Esta proposta do ministro vai aumentar em muito os pontos de urgências do País. Em Resende vamos garantir serviços de apoio permanente, este é um processo de competências que da área da saúde para as autarquias. É o que este Governo está a fazer. Em resposta ao Doutor Jaime a Lei quando nasce é para todos, quando se pretende abrir um estabelecimento devem-se reunir todos os pressupostos da Lei. E será emitida a respectiva licença. O que está aqui em causa é o cumprimento da Lei. Quem não tem licença de construção nem de utilização que a venha tirar à Câmara, e ficará com a situação normalizada. Desde Abril do ano passado que a câmara notificou a Sotermal para regularizar a situação. As pessoas que cumprem a Lei vêm à Câmara requerer as respectivas vistorias e será então emitida a licença de utilização e fica tudo legal. No caso em causa, se houver um acidente e se não estiverem munidos da respectiva licença de utilização o Presidente da Câmara tem responsabilidades. Que esta Assembleia Municipal nunca me peça para não fazer cumprir a lei. Se o senhor conhecer alguém que não cumpre, as condições pode dizer aqui neste momento e a fiscalização irá lá hoje mesmo.”-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;**-----

### **INFORMAÇÃO**

-----

**À Assembleia Municipal de Resende**-----

**Nos termos da al. e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresento informação que diz respeito ao período decorrido desde a última Assembleia Municipal em Dezembro passado.**Duma forma geral no período em apreço desenvolveram-se um conjunto de acções já programadas e em curso anteriormente. A actividade municipal continua a situar-se em muitos domínios onde o concelho necessita de um significativo esforço de investimento na linha do que vem acontecendo nos últimos anos. Refiro nomeadamente:-----

**A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**-----

Está em curso o processo de desmaterialização total dos procedimentos.-----

**O SANEAMENTO BÁSICO E O ABASTECIMENTO DE ÁGUA**-----

Continua a construção da nova ETAR de Caldas de Aregos e já se iniciou também no âmbito da Águas de Trás os Montes e Alto Douro a empreitada do denominado sistema Balsemão para o abastecimento em alta, que terá um investimento total de 31.252,185 € e a conclusão em 2008.-----

Estão em curso execuções de redes em Barro, Cárquere e S. Martinho de Mouros pelos serviços municipais.-----

## **A EDUCAÇÃO, A ANIMAÇÃO E A CULTURA**-----

- **Centro Escolar de S. Martinho de Mouros** – Em execução a respectiva obra;-----
- **Centro Cultural de S. Cipriano** – Em execução a respectiva obra-----

A Festa das Cavacas, a nova exposição temporária no Museu Municipal, o projecto Ciência Divertida foram algumas das actividades neste sector que procura não só animar os espaços culturais em funcionamento mas também mobilizar as populações para o próprio desenvolvimento.-----

## **A ACÇÃO SOCIAL**-----

- **Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão** - Em execução a respectiva obra -----
- **Centro de Noite e Apoio Social de Felgueiras** - Em execução a respectiva obra -----
- **Sala de Ensino Especial** – Em instalação.-----

## **O DESPORTO**-----

- **Pavilhão Desportivo de Freigil** – Em execução a respectiva obra-----
- **Pavilhão Desportivo de Anreade** – Em execução a respectiva obra-----
- **Parque Fluvial de Caldas de Aregos** – Em execução a respectiva obra-----

## **A REQUALIFICAÇÃO URBANA E VIAS MUNICIPAIS**-----

- **Requalificação do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros** – Em execução a respectiva obra-----

- Estão a decorrer as obras de beneficiação da rede viária municipal contemplando drenagens e novos pavimentos nas seguintes vias respeitantes a E.N. 222 - Barracão - S. Martinho de Mouros - Vila Verde - Limites do Concelho; E.N. 222 - Lages - Córdova - S. Martinho de Mouros ; E.N. 222 - Anreade - S. Romão - S. Cipriano;-----

- Está adjudicada a beneficiação da estrada municipal Resende – Ponte de Cavalari;-----

## **A SITUAÇÃO FINANCEIRA À DATA DE 16/02/2007**-----

**Receita** – 1.340.659,14 euros-----

**Despesa Cabimentada** – 7.845.677,96 euros-----

**Despesa Paga** – 848.998,82 euros-----

Paços do Município, 19 de Fevereiro de 2007 O Presidente da Câmara-----

(Eng.º António Borges)-----

## **Relativamente a este assunto registaram-se as seguintes intervenções:**-----

**Professor Joaquim Rodrigo:** “ Gostaria de dar os parabéns pela realização da Festa das Cavacas, é um evento que, certamente irá promover nosso concelho. Aproveito para dizer ao S. Presidente da Câmara que, em meu entender, nos próximos anos poder-se-ia acrescentar às cavacas a outra Gastronomia Regional como o anho assado, etc. Entendo que seria uma boa ideia. Na informação do Senhor Presidente aparece em execução (continuação) o Centro de Noite e Apoio Social de São Romão, no entanto desde a última assembleia e, até á última semana, notei que a obra continuava na mesma, isto é, com a cobertura por arranjar, e sem nenhum tipo de obra. No item da Requalificação Urbana e Vias Municipais aparece a beneficiação da rede viária, no entanto o que os munícipes verificam é que a generalidade das vias estão em grande estado de degradação e causam grande transtorno as pessoas que por necessidade têm de as utilizar.”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** “ Do meu ponto de vista há dois produtos regionais que merecem destaque: as cavacas e as cerejas, mais do que isso não. Já temos as festas concelhias na época fria: a Festa das Cavacas e o Festival da Cereja. Sugiro que os senhores deputados pensem que o que procuramos são os produtos que nos valorizem. O objectivo é que daqui a meia dúzia de anos se vendam mais cavacas. Este primeiro ano de edição da festa da cavaca, setenta e cinco por cento dos gastos são financiads pelo programa Leader Mais. A promoção é um investimento. Sou uma pessoa de convicções e não de incertezas. Relativamente ao que o senhor sugeriu penso que o concelho não tem recursos tão amplos, temos de dar notoriedade ao concelho e o anho assado já se confecciona em muitos lados, assim essa notoriedade passa

pela venda das cavacas. Entendo também que a festa das cavacas pode potenciar os outros produtos regionais. Em relação a São Romão informo-o que foi necessário fazer uma peritagem e que neste momento o empreiteiro já recomeçou as obras. Acerca da rede viária em Novembro mandámos suspender a realização deste tipo de trabalhos, pois com a temperatura de quinze graus é perigoso executar tapetes. Temos consciência que as vias municipais estão num estado lastimoso. Hoje assinei o contrato da beneficiação da estrada municipal Resende-Ponte de Cavalari. Daqui a um ano vamos ter ainda mais problemas porque irão ser colocadas as adutoras para o Ribeiro Balsemão – Pretarouca. Ainda há poucos dias fomos tapar os buracos, é uma pesada herança só em massa asfáltica. Saímos da fase do saneamento e vamos durante este ano fazer vinte quilómetros de tapete e no alto da serra vamos fazer algumas estradas. Relativamente ao Parque Eólico iremos ter as consequências das obras naquela zona. O pavimento irá ficar bastante deteriorado e assim terá que ser uma prioridade. Temos uma folga de trinta ou quarenta mil contos, para gastar com as consequências da construção do Parque naquela zona. Estamos a concluir quarenta quilómetros de beneficiação. Adjudicamos mais vinte quilómetros e podemos fazer mais cinco ou seis. Nos próximos anos iremos requalificar mais algumas estradas. Num concelho onde não havia redes de água e saneamento básico, onde gastamos centenas de milhares de contos, não poderíamos começar a casa pelo telhado. Estamos a discutir a rede de água, temos já uma cobertura de oitenta por cento, significa que temos como meta neste quadro noventa por cento de saneamento e noventa e cinco por cento para o abastecimento de água. Iremos iniciar o processo ou com as Águas de Portugal ou com um privado, isto depende se as Águas de Portugal propuseram um bom negócio, senão procuraremos um privado ou então continuaremos nós a explorar.”-----

**Senhor Luís Manuel Almeida Pinto:** “Em relação ao gás natural, o que está a ser feito no Concelho?”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** “É uma questão bastante pertinente, quando fizemos as obras de beneficiação do Concelho contactámos as empresas Beira Gás e a Douro Gás, mas não obtivemos resposta, no entanto, há dois meses tivemos uma proposta da Galp, esta empresa pretendia agora abrir as estradas, ao que respondi que nem daqui a dez anos o fariam, pois a rede viária foi concluída há pouco tempo. Na altura das obras pensou-se em fazer as infraestruturas para o gás, mas depois de feitas e não serem utilizadas não me pareceu sensato. Foi também uma pena na decisão de candidaturas aos fundos municipais não tivessem aderido à telegestão. Poderíamos ter agora um concelho digital.”-----

**Doutora Teresa Pais:** “Relativamente ao ponto em discussão, pretendo ressaltar da informação sobre a actividade da Câmara, não apenas a continuidade das obras em curso, mas as três novidades nela constantes: ou seja a Festa das Cavacas, a nova exposição temporária no Museu Municipal e o projecto Ciência Divertida, pois considero estas iniciativas de grande revelo para o desenvolvimento cultural do nosso concelho. Normalmente falamos nos buracos existentes nas estradas, mas não falamos nos “buracos” que temos registado na nossa cultura e na falta de oportunidades de a ela acedermos como qualquer cidadão deste país. A este nível relembro a recente realização de uma sessão de teatro que ocorreu no Auditório Municipal, evento que pela primeira vez pudemos assistir no nosso concelho o qual registou um grande sucesso e adesão de público, também estes são eventos são importantes para a nossa qualidade de vida e para a consolidação da nossa identidade”-----

**Engenheiro Rui Miguel de Viseu Cardoso:** “ Gostaria que me informasse que pavimento “estranho”, é aquele que está na estrada que liga São Martinho-Lamego.”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** “ De estranho não tem nada, é um pavimento mais baixo, e é o que é utilizado nas auto-estradas, mas falta ainda a última camada.”-----

**Tomado conhecimento.**-----

## **2- PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E AO**

**PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007:-** Foi presente a primeira revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos. O Plano Plurianual de Investimento envolve um reforço de verbas no valor de trinta mil euros. Orçamento de Receita envolve um reforço de verbas no valor de cento e noventa mil e quinhentos euros e o Orçamento de Despesa envolve um reforço de verbas no valor de trinta e dois mil e seiscentos euros. Sobre este assunto foi também presente a seguinte informação do Chefe da DGFSI, Dr. Jorge Sala Monteiro: “INFORMAÇÃO- Tornando-se necessário efectuar a inclusão de novas rubricas de receita e despesa fruto de nova regulamentação e alteração de enquadramento, também alterar a classificação económica afecta a um projecto no PPI, de acordo com o definido no ponto 8.3.1 e 8.3.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), tal implica a realização de uma revisão.(Anexo documentos da revisão). Em conformidade com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal as revisões às Opções do Plano e Orçamento. Propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2007.-----

**Aprovado por unanimidade e submeter à Assembleia Municipal para posterior aprovação.-----**

**Submetido o documento à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.-----**

**3 - TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTROS PREÇOS – PROPOSTA:** - Foi presente para aprovação e actualização a T.T.T.O.P. para o ano de 2007.-----

**Aprovado por unanimidade e submeter à Assembleia Municipal para posterior aprovação.-----**

**Submetido a documentação à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.-----**

**Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia.-----**

**E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.-----**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_